

Aumento de 6,79% para 2026 mantém política de valorização do piso salarial nacional

Por Martha Imenes

O novo salário mínimo de R\$ 1.621 atualiza benefícios e pagamentos vinculados ao piso, como aposentadorias e pensões do INSS, parcelas do Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego (valor mínimo) e a contribuição previdenciária dos Microempreendedores Individuais (MEIs) a partir de janeiro de 2026.

A partir do cálculo da inflação dos últimos 12 meses, o novo piso nacional anunciado será de R\$ 1.621 já a partir de janeiro. Com isso, o Sebrae alerta os microempreendedores individuais sobre as mudanças que passam a valer também para o valor da contribuição mensal dos Microempreendedores Individual (MEI) – o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS-MEI) – e para a contribuição do MEI Caminhoneiro.

Os boletos com vencimento em 20 de fevereiro de 2026, referentes à competência de janeiro, terão valores que variam entre R\$ 82,05 e R\$ 87,05. Isso ocorre porque o valor da contribuição da Previdência Social (INSS) acompanha anualmente a variação do salário mínimo. O cálculo se dá pela soma das tributações do INSS (5% do mínimo em vigor), Imposto Sobre Serviços – ISS (mais R\$ 5) e Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS (mais R\$ 1).

O DAS-MEI é a única obrigação financeira do Microempreendedor Individual, mesmo que não esteja em atividade.

Valores em 2026

Para o MEI, além de um valor mais baixo de contribuição, os impostos são fixos, independentemente do faturamento. A regra se aplica desde que esteja dentro do limite anual (atualmente em R\$ 81 mil).

Saiba quanto cada setor passará a pagar:

- Comércio e Indústria (R\$ 82,05)
- Serviços (R\$ 86,05)
- Comércio e Serviços (R\$ 87,05)

No caso do MEI Caminhoneiro, o valor vai variar entre 202,42 e R\$ 207,42, a depender do tipo de produto transportado e local do destino. O cálculo considera 12% do salário mínimo para o INSS e as mesmas quantias do microempreendedor individual tradicional para ICMS e ISS.

Mais poder de compra

O presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, celebra o reajuste do salário mínimo, que passará dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621 a partir de 2026.

Confira quanto o MEI vai pagar com o novo mínimo

Divulgação/Sebrae



Décio Lima, presidente do Sebrae, tem expectativa de aumento de negócios

“É mais uma boa notícia que se soma à isenção do Imposto de Renda. O aumento, próximo de 7%, deve se refletir no crescimento dos pequenos negócios, na ampliação da renda e no avanço das políticas de inclusão”, enfatizou.

Política de valorização

A atualização do salário mínimo segue a política de valorização do piso salarial nacional e começa a valer para os pagamentos realizados a partir de fevereiro do próximo ano. O novo valor foi definido após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que orienta o cálculo do reajuste anual do salário mínimo. O indicador registrou alta de 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses.

A regra considera também o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. Em 2024, o PIB cresceu 3,4%, mas o novo arcabouço fiscal limita a parcela desse crescimento usada no cálculo a 2,5%.

Com a soma dos dois fatores – os 4,18% do INPC e o limite de 2,5% referente ao PIB – o reajuste chega a 6,79%, já incluindo o arredondamento para R\$ 1.621, evitando valores quebrados.

Benefícios

Com o pagamento em dia do DAS-MEI, o empreendedor tem direito a vários benefícios previdenciários, como aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte, aposentadoria por idade e auxílio-reclusão para seus familiares. Alguns deles exigem período de carência, que pode variar em cada caso.

Emissão

O Sebrae orienta não deixar o pagamento para a última hora e oferece uma ferramenta gratuita de emissão do boleto no site da instituição, via aplicativo ou pela Central 0800. Se for realizar o procedimento pelo portal do Sebrae é necessário apenas fazer o login com CPF e senha.

Com informações da Agência Sebrae de Notícias

Setor produtivo critica cautela do Banco Central e cobra início do corte de juros

Arquivo

A taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano desagradou o setor produtivo e entidades sindicais, que veem na postura do Banco Central (BC) um entrave ao crescimento econômico. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o BC desconsiderou “evidências robustas”

de que a economia já permitiria iniciar um ciclo de redução da Selic. O presidente da entidade, Ricardo Alban, afirmou que a manutenção dos juros “é excessiva e prejudicial”, intensificando a perda de ritmo da atividade, encarecendo o crédito e inibindo investimentos. Para ele, há espaço para um ajuste gradual sem comprometer a convergência da inflação para a meta.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) recebeu com preocupação a manutenção dos juros em níveis altos. Em comunicado, o presidente da CBIC, Renato Correia, afirma que a continuidade do crescimento do setor em 2026 depende da queda dos juros o mais rápido possível.

Comércio

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, considerou que o BC mantém uma política desconectada da conjuntura nacional e internacional. Ele lembrou que países como os Estados Unidos iniciaram cortes enquanto o Brasil conserva uma das maiores taxas reais do mundo. Segundo Queiroz, a postura atual “prejudica investimentos, con-



CNI: robustez da economia já permite iniciar um ciclo de queda

sumo e agrava entraves estruturais”, além de dificultar a condução da política fiscal.

Em tom mais moderado, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) avaliou que a manutenção era esperada e reflete um ambiente ainda delicado. Para o economista Ulisses Ruiz de Gamboa, a inflação e as expectativas continuam acima da meta, e o contexto inclui expansão fiscal, resiliência do mercado de trabalho e incertezas internacionais. Ele afirmou que o comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) será decisivo para entender os próximos passos.

Centrais sindicais

Em nota, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) classificou a decisão como um “descumprimento das necessidades da população e do setor produtivo”. A Força Sindical criticou de forma contundente a decisão, classificando-a como “vergonha nacional”. Para o presidente da entidade, Miguel Torres, o Copom favorece especuladores e estrangula a economia ao insistir em juros elevados. Ele afirma que a política de juros limita o consumo e impõe obstáculos ao desenvolvimento.

Lembra de como o Autódromo de Brasília estava destruído e abandonado? Esse tempo acabou.



á e fez